

# Fazenda intensificará a fiscalização

Fiscais da Secretaria da Fazenda e técnicos das administrações regionais farão blitz periódicas para acabar com o comércio ilegal no Distrito Federal. Conforme explicou ontem o secretário Dario Silva Reis, os comerciantes terão prazo de oito dias, após a notificação dos fiscais, para suspender as vendas de produtos em locais públicos proibidos, sem notas fiscais. Depois deste prazo, caso os comerciantes insistam no comércio ilegal, toda a mercadoria será recolhida. Os locais autorizados para o comércio são definidos pelas administrações regionais.

Dario Reis se reuniu ontem com os administradores regionais de Brasília, Haroldo Meira, e do Guará, Heleno Nogueira, para traçar uma estratégia contra o comércio ilegal no DF. Haroldo Meira anunciou que os fiscais já realizarão uma blitz neste fim de semana. Os locais visados são aqueles onde se concentram o maior número de comerciantes ilegais, Lago Sul e

Lago Norte. Meira garantiu que o processo para acabar com os comerciantes ilegais será o mesmo empregado na retirada dos ambulantes do Setor Comercial Sul e plataforma da Rodoviária.

"Por enquanto vamos avisar os comerciantes que é ilegal o comércio em locais públicos. O governo do Distrito Federal não é contra os ambulantes, mas é preciso regular este tipo de comércio. Depois do aviso, será a apreensão da mercadoria", disse Meira.

O administrador regional do Guará, Heleno Nogueira, denunciou que até grandes empresas de móveis estão incentivando seus funcionários a comercializarem mercadoria, nos fins de semana, em locais públicos proibidos. Nogueira informou que em junho a administração regional retirou 600 ambulantes que comercializavam ilegalmente nas imediações da Feira do Guará.

"Estes ambulantes serão trans-

feridos para outro local. Agora as grandes empresas não poderão comercializar seus produtos em nenhum local público, como vinha acontecendo. Existe uma empresa de Taguatinga que estacionava seu caminhão próximo ao ginásio do Guará. Depois da notificação, essa empresa começou a vender na área próxima ao Carrefour. A empresa é reincidente e vamos acabar apreendendo sua mercadoria", advertiu Heleno Nogueira.

O secretário da Fazenda informou que o GDF já detectou que muitas empresas de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e até do Paraná vêm comercializar seus produtos aqui no DF. Para não pagar impostos nos postos fiscais localizados nas fronteiras do DF, os transportadores dizem que a mercadoria servirá apenas como mostruário e, assim, são isentos de impostos. "Mas na realidade, estes caminhões vêm vender os produtos em áreas públicas proibidas. Isso é inadmissível, pois estamos preju-

dicando as empresas que estão sediadas aqui, que pagam impostos, que empregam os trabalhadores", desabafou Reis.

O chefe do Departamento da Receita da Secretaria da Fazenda, Valdemir Pessoa, esclareceu que, apesar dos esforços dos fiscais da Secretaria, o número de fiscais não é suficiente para policiar as 23 vias de acesso ao DF. Salientou que a Secretaria está recebendo denúncias contra os comerciantes ilegais pelo telefone 223-9134. A Administração Regional de Brasília também colocou um número à disposição da população: 225-8323.

O secretário Dario Reis informou que já elaborou um projeto para recompor o quadro de pessoal da Secretaria. Segundo ele, o projeto indica que a Secretaria necessita de pelo menos mais 280 funcionários para a perfeita fiscalização no DF. O projeto deverá ser enviado para apreciação da Câmara Legislativa dentro de poucos dias.